



# 11ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS & 8º Simpósio de Pós-Graduação

## O TRABALHO EDUCATIVO PRESENTE NA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO, DECRETO-LEI Nº 13.415/17

**Thaynara CAMARGO<sup>1</sup>; Lidiane TEIXEIRA<sup>2</sup>**

### RESUMO

Diante da relevância dos processos pedagógicos e da formação de cidadãos, o presente trabalho tem como objetivo analisar a privatização curricular no Ensino Médio para compreender suas consequências na realização de uma prática educativa emancipadora, a fim de proporcionar uma reflexão sobre os interesses por trás de parcerias público-privada. Utilizamos bancos de dados oficiais como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Casa Civil e MEC para a realização das análises documentais, que evidenciam a reestruturação da BNCC e banco de dados do tipo ANPED, CAPES e SCIELO para o levantamento bibliográfico, tendo como intuito explorar diversos posicionamentos acerca do problema de pesquisa. Os métodos de análises presente nesse trabalho possuem fundamentação teórica na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Através dessa pesquisa, almejamos contribuir para o debate que ainda se faz presente no contexto educacional, refletindo sobre a prática educacional proposta pela atual reforma do Ensino Médio.

**Palavras-chave:** BNCC; Negócios educacionais; Pedagogia histórico-crítica; Privatização.

### 1. INTRODUÇÃO

A reforma presente no Ensino Médio vem sendo discutida há algum tempo no contexto educacional brasileiro, estando articulada à política de cortes de verbas, reforçada pelo novo ajuste fiscal aprovado pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, o que inclusive fez com que fortalecesse as parcerias público-privada (PPP) na elaboração curricular para essa etapa da educação escolar.

Para essa pesquisa o termo privatização foi adotado no lugar de mercantilização, entendido como parceria público-privada, evidenciando direta ou indiretamente, a vinculação entre educação obrigatória e interesses de corporações ou de organizações a estas associadas. Estima-se que a privatização curricular corresponde a processos pelos quais instituições privadas agem de forma a promover os desenhos curriculares, tecnologias educacionais e demais insumos

---

<sup>1</sup>Discente, IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes. E-mail: thaynara.fc72@gmail.com

<sup>2</sup>Orientadora, IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes. E-mail: lidiane.teixeira@ifsuldeminas.edu.br

curriculares desenvolvidos pelo setor privado e Sistemas Privados de Ensino (SPE), no qual se caracteriza pela privatização dos processos pedagógicos (ADRIÃO, 2018).

Segundo Sandri (2016), no Brasil existem diversas instituições que representam o empresariado brasileiro, nomeadas como “Instituições filantrópicas”, sem fins lucrativos, que visam interferir em políticas públicas, introduzindo projetos na educação e levando a uma concepção de mercado como parâmetro de qualidade, além da simpatia da sociedade. Mas o que notamos como realidade é que de fato essas instituições enxergam a educação como um “nicho mercadológico” e preparatório de formação para o trabalho.

Devido a esses e outros aspectos a pesquisa vem problematizando as consequências da privatização dos processos pedagógicos que parecem se colocar na recente Reforma do Ensino Médio.

Importantes contribuições para essa pesquisa foram encontradas em Dantas e Silva (2017). De acordo com os autores, a reforma do Ensino Médio é caracterizada por uma reorganização curricular interligada a parceria público-privado e padronizações formativas que se estabelecem retirando dos professores, sobretudo, a proposição de práticas educativas que possam colocar em xeque os valores do mercado ou a ideologia lógica do capital.

Consideramos, portanto, essencial refletir sobre as propostas prescritas nesta nova reforma juntamente com os interesses dessas organizações para então compreender esse fenômeno e suas implicações para uma prática educativa emancipadora.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

A presente pesquisa desenvolve-se por meio de análise bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica se organiza a partir de materiais já elaborados e publicados, sendo constituído principalmente por livros e artigos científicos, que atrelados à análise de documentos oficiais, permitem compreender mudanças ideológicas de propostas concretas, neste caso, no contexto de sua implementação.

Tendo como base essas observações, utilizamos as seguintes categorias para o desenvolvimento dessa pesquisa:

❖ Levantamento bibliográfico: No que se refere à reforma do currículo escolar presente no Ensino Médio e todo o seu processo de privatização do ensino. Utilizando como palavras-chaves: Ensino Médio, BNCC, EaD, privatização, entre outras. Em base de dados da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), SCIELO; Periódicos da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

❖ Levantamento de documentos: Fazendo o uso das mesmas palavras-chave, na intenção de encontrar documentos que relatam sobre o processo de reforma do Ensino Médio. Levantamento em bases de dados oficiais como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Casa Civil, MEC.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Dentre os diversos achados da pesquisa, trazemos para essa apresentação a discussão sobre as distintas perspectivas de análise do mesmo fenômeno, a Reforma do Ensino Médio, Decreto-Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017).

Foi possível evidenciar, através das análises bibliográficas, que estudos realizados por Dantas e Silva (2017) evidenciam a existência de autores que compreendem a privatização curricular ocorrida em outros países como exemplo a ser seguido. De acordo com esses autores, países como o Canadá e a Austrália são referências importantes para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), justificando-a em nosso contexto. Por outro lado, Adrião (2018) observa que não se deve fazer esse tipo de comparação sem antes atentar para as particularidades da educação brasileira e para todo o processo histórico que a envolve.

De fato, há que se notar que desde o início do século XX o cenário educacional brasileiro vem sofrendo diversas mudanças, principalmente no que diz respeito ao currículo, dentre elas, a atual Reforma do Ensino Médio, Decreto-Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017). Tal reforma, além de descaracterizar a possibilidade de uma prática educativa emancipadora nos leva a um retrocesso histórico no que se refere a todo processo no âmbito da política educacional, investimento econômico e perspectiva cultural de formação, resultando num esvaziamento de conhecimentos propostos pelos currículos.

Com base na perspectiva curricular da Pedagogia Histórico-Crítica, os conteúdos curriculares devem ser trabalhados tendo em vista um processo educativo intencional que possibilite adquirir o conhecimento com um caráter histórico e crítico resultante de uma prática educativa emancipadora (ORSO e MALANCHEN, 2016).

Dessa forma, acreditamos que os conteúdos presentes na atual BNCC se encontram intimamente relacionados às exigências mercadológicas que revelam um trabalho educativo alienado do seu objetivo essencial.

#### 4. CONCLUSÕES

A pesquisa apresenta uma temática atual que ainda vem sendo debatida no contexto educacional brasileiro. Apesar da lei já ter sido aprovada, via medida provisória (MP), sua implementação ainda encontra-se em estágio inicial.

Consideramos necessária a continuidade de reflexões e debates sobre a BNCC em espaços escolares, uma vez que os sujeitos desse processo, em geral, não têm oportunidade de refletir sobre os prejuízos de organizações curriculares tal como agora se projeta no futuro da formação dos brasileiros.

Além da privatização, já observada com a venda de materiais de sistemas de ensino para a oferta de determinados itinerários de formação, os impactos sobre as práticas educativas carecem acompanhamento e investigação.

#### REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, Campinas, v.18, n.01, p.8-28, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Institui a Reforma do Ensino Médio. Brasília: 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>> Acesso em: 15 de abril de 2019.

DANTAS, J.S; SILVA, F. F. O ensino médio em disputa: a perspectiva política e ideológica da Folha de S. Paulo. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n.36, p. 259 – 276, jan./abr. 2017.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002. 175p.

ORSO, J. P.; MALANCHEN, J. Pedagogia Histórico-Crítica e a defesa do saber objetivo como centro do currículo escolar. In: X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 2016, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: UNICAMP, 2016.

SANDRI, S. **A relação público-privado no contexto do ensino médio brasileiro**: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública. 2016. 252p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.